

CONTRATO CEDAE N.º *028* /2019 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato por intermédio de seu Diretor Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e a **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.**, com filial localizada na Avenida Brasil, nº 4.233, Distrito Industrial, Rio Claro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.862.530/0011-22, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por meio de seus procuradores ao final assinados, Sr. LUIZ MARQUES DOS SANTOS, brasileiro, industrial, portador da cédula de identidade nº 1.001.356 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 443.215.469-15 e Sr. SIDINEI JOSÉ DE SOUZA, brasileiro, industrial, portador da cédula de identidade nº 3.824.597 SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 023.669.629-75, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.551/2018, ata de registro de preços 0003/2018/27100-01, Pregão Eletrônico PERP003/2017, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS"**, regida pela Ata de Registro de Preços nº 003/2018/247100-01 – PE nº 003/2017, itens 03 a 04, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade (M)
03	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA – CLASSE 15 DN 100	872
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA – 1,0 MPA DN 150	1.200

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da ordem de fornecimento, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1



Av. das Varghas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33.90.30.10
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110202
Centro de Custos: DI00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000327

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 44.220 (quarenta e quatro mil, duzentos e vinte reais)**, conforme tabela abaixo discriminada:

Item	Descrição	Quantidade (M)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
03	TUBO DE PVC 6,3 PBA COM JUNTA ELÁSTICA – CLASSE 15 DN 100	872	22,50	19.620,00
04	TUBO DE PVC 12 DEFOFO COM JUNTA ELÁSTICA – 1,0 MPA DN 150	1.200	20,50	24.600,00
TOTAL				44.220,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo Diretor Presidente da **CEDAE**, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega do bem/produto;
- definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.



PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 44.220 (quarenta e quatro mil, duzentos e vinte reais centavos)**, a ser realizado à vista, sendo o pagamento efetuado no Banco Bradesco, conta corrente nº 213930-8, agência 3178-0, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito à Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Não será exigido da **CONTRATADA** prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

b.1) Tratando-se de Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta ou indireta, prevista na alínea c, do item 24.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO – A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO – Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Gestão de Fornecedor da Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato, na forma do Art. 6º da Deliberação TCE nº 280/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2019.

Pela **CEDAE**:

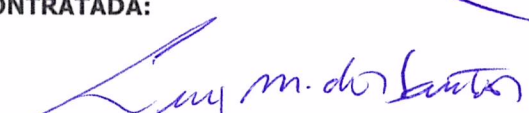


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente

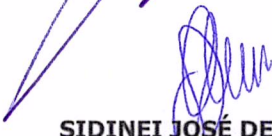


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



LUIZ MARQUES DOS SANTOS
Procurador
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Luiz Marques dos Santos
RG 1.001.356 SSP/SC
Procurador



SIDINEI JOSÉ DE SOUZA
Procurador
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.
Sidinei José de Souza
RG 3.824.597 SSP/SC
Procurador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-TIGRE-MATERIAIS-LTDA-aquisição-de-tubos-PVC-RP-PE-003-2017-PHIMPO

PROC. Nº E-14/001.012243/2019 - JÉSSICA GUIMARÃES MORAES - DATA: 21.03.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

DE 22.03.2019

PROC. Nº E-14/001.014760/2016 - ALEXANDRE FURTADO GONÇALVES JUNIOR - DATA: 07.03.2019.

PROC. Nº E-14/001.005390/2019 - MICHELLE LOPATO BORGES ALEXANDRE - DATA: 21.03.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

Id: 2172719

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA
DESPACHOS DO PROCURADOR-CHEFE
DE 26.02.2019

PROC. Nº E-14/001.056672/2017 - PÂMELLA RODRIGUES DE CARVALHO - DATA: 25.02.2019.

PROC. Nº E-14/001.005731/2017 - FERNANDA SANTOS FERNANDES - DATA: 26.02.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

DE 27.03.2019

PROC. Nº E-14/001.005720/2017 - BRUNO ROCHA VIVAS - DATA: 01.03.2019. DEFIRO o pedido de desligamento do Programa de Residência Jurídica, a contar da data respectivamente assinalada.

PROC. Nº E-14/001.000643/2016 - EDSON MOSQUERA DOS SANTOS - DATA: 12.03.2019. DECLARO desligado do Programa de Residência Jurídica, por conclusão do período, a contar da data respectivamente assinalada.

Id: 2172720

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
COORDENADORIA DE ESTÁGIO E TREINAMENTO PROFISSIONAL
DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 02.04.2019

PROC. Nº E-14/001.021942/2017 - ELISABETE VIEIRA LIMA - DATA: 01.04.2019. DEFIRO o pedido de Readmissão ao estágio a contar da data citada.

PROC. Nº E-14/001.113124/2018 - EVELLYN NASCIMENTO XAVIER DA SILVA - DATA: 02.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.013892/2016 - MARIANE NETO VELZCO - DATA: 01.04.2019.

DEFIRO os pedidos de interrupção do estágio a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.112234/2018 - ANA CAROLINA BRASIL DIAS - DATA: 01.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.129259/2018 - GUILHERME PRADO NASCIMENTO RAMOS - DATA: 01.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.115893/2018 - JAQUELINE SILVA DE OLIVEIRA - DATA: 02.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.109361/2018 - JOAO PAULO MONTEIRO RODRIGUES LIMA - DATA: 03.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.121195/2018 - TARSIS FERNANDES PERES - DATA: 01.04.2019.

DEFIRO os pedidos de desligamento do estágio a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.017030/2017 - ANELISE BARBOSA DA SILVA - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017466/2017 - ARTHUR SOUZA SILVA - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017459/2017 - DILEA COSTA FALCÃO - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017465/2017 - FLAVIA MOURA MOTA - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.016428/2017 - MARCUS VINICIUS ALVARENGA CESARIO - DATA: 10.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017033/2017 - MATHEUS MENDES REIS - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017032/2017 - PATRICK EMANUEL SPILARI FERREIRA - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017255/2017 - VICTOR HUGO SOUZA GOMES - DATA: 11.04.2019.

DECLARO DESLIGADOS do estágio, por conclusão do período, a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.002228/2018 - MICHEL DOUGLAS SILVA MENDES - DATA: 02.04.2019.

DESLIQUE-SE, por Descumprimento do Regulamento, a contar da data citada.

Id: 2172823

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA Nº 168/2017. PARTES: DETRAN/RJ e CLARO S.A. OBJETO: Rescindir unilateralmente o Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia nº E-12/08/14345/2017, com efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. DATA DA ASSINATURA: 01/04/2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 78, XII e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 46.548/19. PROCESSO Nº E-12/0614345/2017.

Id: 2172023

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ NOTIFICA a empresa CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.526.753/0001-30, que a Diretoria de Administração e Finanças desta Autarquia acolheu o seu provimento ao recurso interposto, decidindo, assim, pela revogação da penalidade de multa administrativa de 1% do CPS nº 085/2018, publicada no D.O. de 11 de março de 2019, conforme apurado no P.A. nº E-12/061105421/2018.

Id: 2173018

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro e no art. 13 da Resolução nº 619/2016 do CONTRAN, depois de esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA os proprietários dos veículos, através da Ata nº 3.659, da AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO para, se desejarem, apresentarem defesa prévia e/ou a troca de real infrator no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da presente publicação, conforme Edital completo encontrado no endereço <http://multas.detrans.gov.br/gaideweb2/notificacaoSemSucesso>, contendo lista com: Placa do veículo, Nº do Auto de Infração, data da infração, Artigo e código da infração. Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de competência do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo deverá indicar o real infrator sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do art. 257, § 7º e 8º da Lei Federal nº 9.503/97. Os formulários de defesa prévia e da apresentação do real infrator podem ser encontrados no sítio http://www.detrans.gov.br_documento.asp?cod=7648.

Id: 2173019

VICE GOVERNADORIA DO ESTADO FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/RJ torna pública que fará realizar no Portal Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA (www.compras.rj.gov.br) a licitação, abaixo mencionada:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019.
TIPO: Menor Preço Global.
DATA DA ABERTURA: 17/04/2019.
PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09 h.
DATA E HORA PARA OFERTAMENTO DE LANCES: 11h do dia 17/04/2019.
LOCAL: www.compras.rj.gov.br
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios: café e açúcar.
VALOR ESTIMADO: R\$ 50.574,13.
PROCESSO Nº E-16/002/000844/2019.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via em meio digital mediante a permuta de 02 (duas) resmas de papel A-4 - 75g/m² na Av. Presidente Vargas, 1.100 - 5º andar - Centro/RJ - Tel.: (21) 2332-5563.

Id: 2172722

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ, visando o cumprimento de suas normas internas de segurança, e de acordo com o que consta na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pela Portaria Conjunta APERJ/DETRAN-RJ nº 24, de 05 de setembro de 2016, fará eliminar os documentos que se encontram sob a guarda desta Autarquia: Carteiras de Identidade Base Integrada Extraviadas, com prazo de guarda vencido, Processo nº E-16/044/7/2019 e Carteiras de Identidade Base Integrada Não Recebida, com prazo de guarda vencido, Processos nº E-16/044/8/2019; E-16/044/9/2019 e E-16/044/10/2019.

Id: 2173013

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 26/03/2019
PÁGINA 24 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Onde se lê: ...EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL...

Lê-se: ...EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 07/2019...

PROCESSO IO Nº E-12/079/856/2018

Id: 2173131

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019.
PROCESSO Nº E-12/079/0298/2019
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de HDs SSD 240GB SATA III (240GB) - Compatível com Windows 7 a 10, conforme especificado e quantificado na Proposta-Detalhe (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo VI).
DATA: 17/04/2019.
HORÁRIO: 15:00 h
LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br

Id: 2173129

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019.
PROCESSO: Nº E-12/079/0261/2019.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços Técnicos de Medicina e Segurança do Trabalho e Higiene Ocupacional, de acordo com a Legislação Federal e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, conforme especificado e quantificado na Proposta-Detalhe (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo VI).
DATA: 17/04/2019.
HORÁRIO: 10:00 h
LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br

Id: 2173127

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 028/2019 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 44.220,00 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/03/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.551/2018 (Ata de Registro de Preços nº 003/2018/247100-01 - PE nº 003/2017).

Id: 2172740

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 029/2019 (DFI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TRANSFER EXAUSTOR LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXAUSTOR INSUFILADOR DE AR.
PRAZO: 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 179.850,00 (cento e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/03/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.654/2017 (Pregão Eletrônico nº 302/2019).

Id: 2172750

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DFI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA - SINDPASS.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 115.637,28 (cento e quinze mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.137/2016 (Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 - DF).

Id: 2172748

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 304/2019

ASL-DFP

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO PARA AS ETAS GUANDU E LARANJAL".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 17/04/2019, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado

Id: 2172972

Secretaria de Estado de Governança e Relações Institucionais

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa P&P TURISMO LTDA - EPP.

OBJETO: Contratação de serviços de agência de viagem, para atender a Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais.

PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 01/04/2019.

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019.

VALOR: R\$ 499.999,92 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO Nº SEI-15/001/002389/2019.

Id: 2172884

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa VELOZ TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Supressão quantitativa do Contrato, que passa a ter 03 (três) Vans, sem fornecimento de motoristas e sem fornecimento de combustível, para atender as demandas da Operação Barreira Fiscal.

PRAZO: 10 (dez) meses, a contar 01/04/2019.

VALOR DO TERMO: (-) R\$ 101.727,50 (menos cento e um mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO Nº E-15/001/1302/2017.

Id: 2172888

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/18

FICA REVOGADA a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/18, referente à aquisição de material de consumo para atender as demandas desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, conforme Instrumento Convocatório, devidamente justificado no Processo Administrativo nº E-15/001/100040/2018.

FICA REVOGADA a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/18, referente à aquisição de material de consumo para atender as demandas desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, conforme Instrumento Convocatório, devidamente justificado no Processo Administrativo nº E-15/001/100055/2018.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS torna público e para conhecimento dos interessados que, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018-R1, que objetiva a aquisição de 26 (vinte e seis) balões infláveis tipo blimp, para atender as demandas da Operação Lei Seca, na forma do Instrumento Convocatório, restou pela segunda vez, FRACASSADA, tendo em vista a inabilitação das duas proponentes inscritas na presente licitação, devidamente justificado nos autos do Processo Administrativo nº E-15/001/497/2018.

Id: 2172899

Secretaria de Estado de Fazenda

JUNTA DE REVISÃO FISCAL

EDITAL

SORTEIO DA COMPOSIÇÃO DAS TURMAS DE JULGAMENTO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL

A VICE-PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, torna público o sorteio a que alude o art. 16, da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, com redação dada pela Resolução SEFAR Nº 771, de 24 de julho de 2014, que será realizado no dia 10 de abril de 2019, às 10h30min, nas dependências da Junta de Revisão Fiscal, da Secretaria de Estado de Fazenda, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 870, 16º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ.

Id: 2173064

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica AGETRANS/UERJ Nº 012/2019. PARTES: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANS e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. OBJETO: Serviços de assessoramento Técnico Científico para Desenvolvimento dos Estudos de Avaliação do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Barcas - 4ª Revisão Quinquenal Ordinária da Tarifa, conforme plano de trabalho. VALOR: R\$ 87.584,74 (oitenta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 28/03/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº E-12/004.100130/2018.

Id: 2172912